



UNifeob
| ESCOLA DE NEGÓCIOS



2024

PROJETO INTEGRADO



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROJETO INTEGRADO
INDICADORES ECONÔMICOS REGIONAIS E
PROCESSOS LICITATÓRIOS
DIVINOLÂNDIA

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO 2024

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROJETO INTEGRADO
INDICADORES ECONÔMICOS REGIONAIS E
PROCESSOS LICITATÓRIOS
Divinolândia

MÓDULO DE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

Tópicos Especiais em Ciências Econômicas – Prof^ª. Renata E. de Alencar Marcondes
Economia Regional Brasileira – Prof^ª. Aline Caroline Rodrigues
Crescimento e Desenvolvimento Econômico – Prof^ª. Aline Caroline Rodrigues
Economia e Gestão Pública – Prof^ª. Carolina Teixeira Ferreira
Projeto de Economia Contemporânea - Prof^ª. Ana Carolina Maldonado Matos

Estudantes:

Gustavo Henrique Fernandes Galbiere, RA 22001632;
João Pedro Pomeranzzzi Gruli, RA22001149;
Marco Antonio Bento Junior, RA 22000367;
Otávio Henrique Biaco, RA 22001015;
Pedro Périco Lucas, RA 22001094.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
NOVEMBRO 2024

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO	5
3	PROJETO INTEGRADO	6
3.1	ECONOMIA REGIONAL BRASILEIRA	6
3.1.1	HISTÓRICO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO	6
3.1.2	CICLOS ECONÔMICOS REGIONAIS E NACIONAIS	7
3.1.3	CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA	9
3.2	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	11
3.2.1	DIFERENCIAÇÃO DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12
3.2.3	INDICADORES ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	17
3.3	ECONOMIA E GESTÃO PÚBLICA	20
3.3.1	CONCEITO DE LICITAÇÃO	20
3.3.2	MODALIDADES DE LICITAÇÃO	21
3.3.3	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	23
3.4	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS	24
3.4.1	CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS	24
3.4.2	FORMAÇÃO DE PREÇO / MARKUP	27
3.5	CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: CRIANDO O NOVO	30
3.5.1	CRIANDO O NOVO	30
3.5.2	ESTUDANTES NA PRÁTICA	32
4	CONCLUSÃO	33
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Identificando e objetivando a resolução de problemas estruturais do município de Divinolândia-SP, o projeto traz consigo as propostas que correlacionam as unidades de estudo propostas. Durante o desenvolvimento do artigo notar-se-á que a solução da problemática abordada será mitigada mediante a criação de uma política pública, na qual, Algum, Riscado e Menezes (2015) discorrem a sua função primária de entender e formular teoricamente as questões que envolvem um tema, assim como compreender, posteriormente, as razões pelas quais os governos escolhem determinadas ações para executar medidas empíricas. Para que essas medidas possam ser assertivas e fundamentadas, o trabalho girará em torno da disciplina de economia e gestão pública, tendo ciência de que, ao compreender a função e andamento das compras públicas acarretam uma facilitação do processo de criação da política, seguindo a mesma ótica, o estudo do crescimento e desenvolvimento local trará total embasamento para a assertividade da decisão política.

Em suma, o desenvolvimento do projeto poderá assessorar a administração pública do município e conseguirá trazer, em soluções embasadas, uma perspectiva de melhoria dos indicadores socioeconômicos da cidade, a longo prazo, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento local.

2 DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO

O município estabelecido para a realização do projeto integrado foi Divinolândia - SP, que em meados do ano de 1.850, o atual município de Divinolândia era um pequeno rancho construído à margem do Rio do Peixe, no qual pernoitavam tropeiros vindos de Caconde em demanda a Vila de Casa Branca. Nessa época, houve um pequeno incêndio, que sapecou o rancho bem como as terras que o circundam, que hoje é a Câmara Municipal Divinolândia. Foi construído pelos tropeiros, um novo rancho e o lugar passou a ser denominado Pouso do Sapecado. A povoação formada no patrimônio passou a freguesia do Divino Espírito Santo do Rio do Peixe, Distrito de Caconde, em 28 de março de 1865, transferida para o município de São José do Rio Pardo em agosto de 1898 (IBGE). O aniversário é comemorado no dia 30 de Dezembro.

O relevo é acidentado, devido à posição da cidade, situada na Serra da Mantiqueira. O ponto mais alto do município se situa no bairro Campo Redondo, e é chamado de "Morro do Canelá", cuja altitude é de 1490 metros acima do nível do mar. O clima é ameno, com verões mornos e invernos frescos, com geadas ocorrendo todo ano, especialmente na zona rural, onde o fenômeno acontece várias vezes ao ano devido às altitudes, que lá são maiores. Devido ao relevo acidentado, conta com muitas cachoeiras e mirantes, sendo o mais famoso de todos o "morro da torre", que se situa a 1380 metros acima do nível do mar, e do qual é possível enxergar Divinolândia e São Sebastião da Gramma durante o dia, e várias outras cidades vizinhas a noite, como Vargem Grande do Sul, São José do Rio Pardo, Tapiratiba, Caconde, entre outras (Prefeitura Divinolândia 2024).

3 PROJETO INTEGRADO

Baseando-se nas matérias estudadas ao longo do curso, o grupo irá realizar uma coletânea de dados econômicos e históricos do município de Divinolândia, no estado de São Paulo e realizará também o estudo de uma licitação da prefeitura da cidade.

Esses dados consistem em históricos econômicos, que irão mostrar o setor econômico que a cidade acaba desempenhando mais e algumas dificuldades que ela enfrenta por causa dessa falta de diversificação, sugerindo uma política pública para a correção desse problema; crescimento e desenvolvimento econômico, que vão mostrar com mais detalhes os fatores e motivos que podem influenciar o desenvolvimento do município a curto e a longo prazo e trazendo estratégias para melhorar esse crescimento e propondo um desenvolvimento sustentável; e por fim, classificação de custos, formação de preços, margem, markup e etc.

3.1 ECONOMIA REGIONAL BRASILEIRA

Segundo o Caravela(2021), a economia do município de Divinolândia-SP se compõe, majoritariamente, por serviços (49,8%), agropecuária (35,2%), administração pública (11%) e indústria (4%) esses valores compõem o PIB total de R\$ 491,5 milhões. Com o rendimento mensal médio por habitante de 2,1 salários mínimos (IBGE 2022), o PIB *per-capita* de Divinolândia é de R\$ 44,6 mil, valor inferior à média do estado (R\$ 58,3 mil) e da grande região de Campinas (R\$ 74,1 mil), mas superior à média dos municípios da pequena região de São José do Rio Pardo - Mococa (R\$ 39,6 mil). Salientando a importância do CONDERG-Hospital Regional de Divinolândia visto a quantidade de contratados por carteira assinada na ocupação de técnico de enfermagem: 257 de um total de 2,7 mil empregados no município como um todo (Caravela 2024).

3.1.1 HISTÓRICO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

"Em 1850, o território de Divinolândia começou a se formar como um ponto de descanso para tropeiros, conhecido como Pouso do Sapecado, ao longo do Rio do Peixe" (Biblioteca do IBGE, 2 dez. 2015).

Divinolândia, localizada no estado de São Paulo, foi fundada em 1936, mas sua história começou bem antes, no século XIX. A região começou a ser ocupada por imigrantes europeus, principalmente italianos, que chegaram em busca de oportunidades no setor agrícola. As terras férteis e o potencial para a produção agrícola atraíram esses imigrantes, que ajudaram a construir a base econômica da cidade.

Um dos momentos mais marcantes da história do município foi a chegada dos imigrantes italianos, que se estabeleceram principalmente para trabalhar na agricultura. Eles foram fundamentais para o desenvolvimento da região, cultivando principalmente café, que se tornou a principal atividade econômica na época. Com o tempo, a organização das propriedades rurais e o crescimento das atividades agrícolas consolidaram o núcleo que mais tarde daria origem ao município de Divinolândia.

A economia inicial de Divinolândia girava em torno da agricultura, especialmente o cultivo de café e cereais como milho e feijão. O solo fértil da região, junto com o clima subtropical, favorece bastante a produção agrícola, embora as técnicas utilizadas fossem mais rudimentares. Com o passar dos anos, a agricultura evoluiu, e novas técnicas começaram a ser adotadas, diversificando a produção, que passou a incluir hortaliças e frutíferas.

A pecuária também teve sua importância no desenvolvimento econômico de Divinolândia, ainda que em menor escala quando comparada à agricultura. O gado bovino era criado tanto para corte quanto para a produção de leite, que era comercializado nos mercados locais. Essa atividade contribuiu de forma complementar para a economia dos pequenos produtores da região.

O extrativismo, embora presente, não teve o mesmo impacto econômico que a agricultura e a pecuária. No entanto, a exploração de recursos naturais, como a madeira, era realizada no início da formação da cidade, contribuindo de forma modesta para a economia local.

Ao longo dos anos, Divinolândia foi se modernizando e diversificando suas atividades econômicas, acompanhando as mudanças nas práticas agrícolas e buscando novas formas de desenvolvimento para se manter relevante na economia regional.

3.1.2 CICLOS ECONÔMICOS REGIONAIS E NACIONAIS

O desenvolvimento econômico de Divinolândia foi influenciado por diversos ciclos econômicos regionais e nacionais ao longo do tempo. Entre os mais importantes estão os

ciclos da cana-de-açúcar e do café, que moldaram a economia local, além de mudanças provocadas pelo movimento migratório e o crescimento do setor terciário.

O ciclo da cana-de-açúcar, que teve grande relevância no estado de São Paulo, não afetou diretamente Divinolândia, pois a cidade estava distante das áreas centrais de produção. No entanto, o declínio desse ciclo e a busca por novas terras férteis contribuíram para a abertura de áreas agrícolas no interior paulista, o que, mais tarde, beneficiaria Divinolândia com a chegada do ciclo do café.

Já o ciclo do café teve um impacto direto e expressivo na economia local. Durante o auge dessa atividade, no final do século XIX e início do século XX, Divinolândia experimentou um forte crescimento econômico. A cidade atraiu imigrantes, principalmente italianos, que vieram em busca de trabalho nas lavouras de café. O cultivo de café não só impulsionou a produção agrícola como também estimulou o desenvolvimento de infraestrutura, como estradas e armazéns. Embora esse ciclo tenha declinado com o tempo, ele estabeleceu as bases para o crescimento econômico da cidade.

O ciclo da mineração, que teve grande importância em outras partes do Brasil, não foi relevante para Divinolândia. A economia da cidade sempre foi voltada para a agricultura e pecuária, sem registro significativo de atividades mineradoras.

Com o tempo, a cidade também passou a desenvolver pequenas indústrias, especialmente ligadas ao processamento de produtos agrícolas. As primeiras indústrias surgiram voltadas para a produção de alimentos e derivados do leite, refletindo a forte ligação da economia local com o campo. Essas indústrias ajudaram a gerar empregos e complementar a renda da população, ainda que a cidade tenha se mantido, em grande parte, dependente da agricultura.

A modernização da agricultura, com a introdução de maquinário e novas técnicas, reduziu a necessidade de mão de obra no campo, o que levou muitos trabalhadores rurais a migrarem para as áreas urbanas em busca de novas oportunidades. Esse êxodo rural gerou um crescimento populacional nas áreas urbanas de Divinolândia, o que exigiu um aumento nos serviços e na infraestrutura urbana. Ainda que o município seja pequeno, essa migração do campo para a cidade trouxe mudanças sociais e econômicas importantes, com a urbanização influenciando o modo de vida da população.

O setor terciário também se expandiu à medida que a cidade se urbanizava. O comércio local passou a atender uma população maior, e os serviços financeiros, como a abertura de bancos e cooperativas de crédito, se tornaram mais acessíveis. Isso ajudou a

fortalecer a economia local, oferecendo suporte financeiro para pequenos empresários e agricultores.

Por fim, Divinolândia investiu ao longo dos anos em setores essenciais, como educação e saúde. Escolas e centros de ensino foram criados para atender à população, assim como postos de saúde e centros médicos. Embora a cidade não tenha grandes hospitais ou universidades, o foco nesses investimentos ajudou a melhorar a qualidade de vida da população e a garantir um desenvolvimento econômico mais equilibrado.

3.1.3 CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

A partir da análise do histórico econômico de Divinolândia e das necessidades atuais do município, uma das maiores questões que a cidade enfrenta é a falta de diversificação econômica e a limitação na geração de empregos, principalmente fora do setor agrícola, já que a economia da cidade é fortemente ancorada no setor do agronegócio e agropecuária. Esse foco nesses setores resulta em um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de aproximadamente R\$44.568,55 (2021), valor que reflete as limitações de diversificação de renda no município. Outro ponto que comprova essa dificuldade é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que mostra que em 12 anos esse indicador regrediu 0,004 pontos, segundo o IBGE, estava em 0,734 em 2010 e no último censo (2022), estava em 0,730. Os dados apresentados comprovam a necessidade de criação de uma política de incentivo para alavancar a economia do município.

Essa forte dependência da agricultura tradicional em Divinolândia torna sua economia vulnerável a variações sazonais e de mercado, o que afeta diretamente a estabilidade de emprego e renda na região. Além disso, o êxodo rural tem levado ao crescimento populacional nas áreas urbanas, aumentando a demanda por serviços e oportunidades de trabalho diversificadas, o que atualmente é escasso na cidade.

Formulação da Agenda: Diante disso, a proposta de política pública para Divinolândia consiste na criação de um Programa de Incentivo à Agricultura Sustentável e Desenvolvimento do Setor Terciário, que visa solucionar dois problemas principais: a necessidade de modernizar a agricultura e a falta de diversificação no setor econômico, aumentando a quantidade de empregos na cidade. Esse problema é prejudicial para o crescimento e desenvolvimento local, uma vez que a base econômica de Divinolândia está muito direcionada a apenas um setor, causando um forte atraso no desenvolvimento da cidade. A proposta entrou na agenda pública com o apoio de lideranças locais, como o

CONDERG, e análises realizadas por entidades como IBGE e SEADE, que corroboram a necessidade de diversificação econômica.

Formulação das Alternativas: A partir do diagnóstico das necessidades econômicas de Divinolândia, várias alternativas foram avaliadas. Entre elas, o incentivo ao turismo rural, o fortalecimento de pequenos negócios e a criação de novas fontes de renda no setor de serviços, além da modernização do setor agrícola. A formulação de alternativas se concentrou em diversificar a economia local e criar oportunidades de emprego tanto nas áreas rurais quanto urbanas. Como a alternativa escolhida, o Programa de Incentivo à Agricultura Sustentável e Desenvolvimento do Setor Terciário busca modernizar as práticas agrícolas e fortalecer o setor terciário por meio de ações de capacitação e apoio ao empreendedorismo.

Objetivos da Proposta: O programa tem como objetivo diversificar a economia e gerar novos empregos, especialmente fora do setor agrícola. Para isso, incentiva a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, promovendo a modernização e sustentabilidade da agricultura local, enquanto também apoia o crescimento do setor terciário. Esse fortalecimento ocorre com foco na criação de pequenos negócios e serviços, estimulando o comércio e o turismo local. Dessa forma, espera-se que Divinolândia passe a oferecer melhores oportunidades de trabalho, promovendo uma melhora significativa na qualidade de vida de seus habitantes e reduzindo a dependência econômica de práticas agrícolas convencionais.

Justificativa: A economia de Divinolândia está tradicionalmente baseada na agricultura, mas há uma dependência excessiva de práticas agrícolas convencionais que, embora importantes, limitam a diversificação econômica. A mecanização da agricultura e o êxodo rural têm reduzido a demanda por mão de obra no campo, enquanto a cidade cresce sem o apoio necessário de setores como comércio, turismo e serviços financeiros. A proposta se justifica pela necessidade de modernizar o setor agrícola, tornando-o mais sustentável e produtivo, e também pelo potencial de crescimento do setor terciário, que poderia gerar empregos e impulsionar a economia local. Investir em agricultura sustentável e no desenvolvimento de novos negócios urbanos pode garantir um desenvolvimento econômico mais equilibrado e sustentável para Divinolândia.

Financiamento da Política Pública: Para financiar essas iniciativas, o plano prevê o uso do orçamento municipal, priorizando investimentos iniciais na capacitação agrícola e incentivos ao setor terciário. Além disso, serão estabelecidas parcerias com programas estaduais, federais, empresas privadas e ONGs para aumentar a disponibilidade de recursos, visando cobrir os custos de implementação das medidas planejadas.

Implementação: A implementação das ações se divide entre o lançamento de programas de crédito e capacitação agrícola e incentivos para negócios urbanos. As ações no setor agrícola incluem a qualificação de agricultores, oferecendo cursos em agroecologia e técnicas modernas em parceria com instituições de pesquisa. Além disso, haverá crédito facilitado para a compra de equipamentos e para práticas de irrigação sustentável. No setor terciário, a proposta é impulsionar o empreendedorismo urbano com capacitações em gestão e marketing digital para pequenos negócios. Órgãos municipais e estaduais, além de agricultores e empresários, terão participação ativa na coordenação desse programa.

Avaliação: A avaliação do sucesso do programa se dará pela quantidade de empregos criados, pela diversificação econômica e pela satisfação dos moradores com as novas oportunidades geradas. Indicadores específicos, como a variação no número de empreendimentos e a evolução do IDH, serão acompanhados por meio de pesquisas periódicas e relatórios de progresso, garantindo que o impacto das políticas implementadas seja medido adequadamente ao longo do tempo.

Extinção da Política: Caso os objetivos sejam plenamente alcançados e a economia local esteja mais diversificada e autossustentável, o programa poderá se transformar em uma política de manutenção econômica. Alternativamente, se os resultados não forem satisfatórios mesmo após ajustes, a extinção do programa será considerada, e os recursos serão redirecionados para novas abordagens que melhor atendam às necessidades de desenvolvimento econômico de Divinolândia.

3.2 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As análises abordadas neste tópico, de maneira inicial, denotam uma realidade de crescimento econômico municipal, dando um salto de R\$258.010,00 (FGV, 2015) para R\$491.457,00 (FGV, 2021), informações o A evolução do indicador contou com uma forte presença da agropecuária em sua composição ao longo dos anos, visto a recorrência dos fatos, mostra as opções frequentes ao adotar políticas públicas para estimular o avanço da cidade através do setor. Após uma síntese sobre os indicadores trabalhados no tópico, será notada a presença dos principais indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico, como IDHM, PIB *per-capita*, PIB, taxa de mortalidade infantil e a taxa de rendimento por etapa escolar. Em sequência, a estratégia será embasada a partir dos indicadores de investimentos em gestão ambiental, para que assim a proposta possa se dar de maneira mais assertiva.

3.2.1 DIFERENCIAÇÃO DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico é fundamental para entender os diferentes aspectos do progresso de uma sociedade. O crescimento econômico refere-se ao aumento da produção de bens e serviços em uma economia.

O conceito de Crescimento Econômico está ligado mais aos acréscimos no produto de um país, isto é, ao crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. A acumulação de capital, ou seja, o fenômeno econômico denominado de Crescimento Econômico, grosso modo, é condição *sine qua non* para uma nação alcançar o desenvolvimento econômico, mas não suficiente.

Segundo Bresser (2014), embora o crescimento econômico seja crucial para o aumento da riqueza e das oportunidades de um país, ele não reflete necessariamente melhorias na qualidade de vida ou na distribuição equitativa desses benefícios. Por outro lado, o desenvolvimento econômico é um conceito mais amplo, que incorpora não apenas o crescimento da economia, mas também indicadores sociais e qualitativos, como saúde, educação, redução da pobreza e desigualdade.

O Desenvolvimentismo Clássico, por sua vez, preconiza que o desenvolvimento econômico é o processo de acumulação de capital com incorporação do progresso técnico, resultando em aumento da produtividade do trabalho, do valor médio do salário e da elevação do bem-estar econômico da população em longo prazo.

- **Crescimento econômico:** Segundo Bresser (2008) É o aumento da produção de bens e serviços em uma economia ao longo do tempo. Ele é essencialmente um fenômeno quantitativo, focado no aumento da capacidade produtiva e na eficiência econômica.

Principais Indicadores:

Produto Interno Bruto (PIB): Segundo Marc Jacquinet (2019) o PIB representa o valor total dos bens e serviços produzidos em um país em um período específico. O crescimento do PIB real (ajustado pela inflação) é uma medida-chave. Existem três óticas para sua mensuração, sendo elas:

a) Óptica da produção (valor agregado): calcula o PIB somando o valor adicionado por cada setor da economia (agricultura, indústria, serviços, etc.). A ideia é evitar a duplicação de valores ao considerar apenas o valor que foi realmente criado em cada fase de produção. e é

dado, segundo SEAD Acre (2019) pela seguinte fórmula: $PIB = (\text{valor bruto da produção} - \text{consumo intermediário}) + (\text{impostos} - \text{subsídios, sobre produtos})$.

b) Óptica da demanda (gasto): calcula o PIB somando todos os gastos realizados pelos diferentes agentes econômicos (famílias, governo, empresas e setor externo). Nessa ótica, o foco é a demanda final pelos bens e serviços. É dada, segundo SEAD Acre (2019) pela seguinte fórmula: $PIB=C+I+G+(X-M)$. Onde:

* **C:** Consumo das famílias (gastos com bens e serviços).

* **I:** Investimentos (gastos com construção, máquinas, e formação bruta de capital fixo).

* **G:** Gastos do governo (consumo público em educação, saúde, etc.).

* **X - M:** Exportações líquidas (exportações menos importações). Esse componente leva em consideração o saldo da balança comercial do país.

c) Ótica da renda (distribuição): é calculado com base na soma das rendas geradas pelos fatores de produção utilizados para produzir os bens e serviços. É encontrada a partir da seguinte fórmula: $PIB = \sum(\text{Salários} + \text{Lucros} + \text{Alugueis} + \text{Juros}) + (\text{Impostos} - \text{Subsídios})$, (SEAD Acre, 2019).

PIB per-capita: Reflete o valor do PIB dividido pelo número de habitantes, indicando a renda média por pessoa. É dado por: $PIB \text{ per-capita} = PIB / \text{Total de habitantes}$.

- **Desenvolvimento Econômico:** É um conceito mais amplo e qualitativo que inclui não apenas o crescimento econômico, mas também a melhoria do bem-estar da população e das condições sociais. O desenvolvimento econômico vai além dos números do PIB e foca em proporcionar melhores padrões de vida, maior igualdade e o fortalecimento de instituições que suportam um crescimento sustentável e inclusivo.

O que se busca com o desenvolvimento econômico é aumentar a produtividade física média do fator trabalho. Numa economia subdesenvolvida a introdução de máquinas automáticas de fabricar sapatos não significa melhora na produtividade física do fator trabalho para o conjunto da coletividade se os artesãos que antes produziam sapatos ficaram sem nenhuma ocupação.

Principais indicadores:

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Segundo a UNPD (2024) o IDH é calculado com base em três dimensões: expectativa de vida (saúde), educação (anos de escolaridade) e renda per capita.

Taxa de pobreza: Percentual da população que vive abaixo da linha da pobreza, geralmente baseada em um padrão mínimo de renda.

Indicadores de saúde: Expectativa de vida, mortalidade infantil, acesso a serviços de saúde, entre outros.

Indicadores de educação: Taxas de analfabetismo, número de matrículas, número de instituições, quantidade de docentes (IBGE, 2023).

Desigualdade de renda: Medida pelo Coeficiente de Gini, que quantifica a distribuição de renda entre os indivíduos ou famílias de uma economia (IPEA, 2004).

Com todo o conteúdo demonstrado é possível notar uma diferença entre o objetivo desses indicadores onde o objetivo central do crescimento econômico segundo Tiago Reis (2018) é o aumento da renda nacional e da produção de bens e serviços, gerando mais riquezas no curto prazo e ampliando as oportunidades de consumo e investimento. Já o desenvolvimento de acordo com Bresser (2008) tem o foco na melhoria das condições de vida da população, com metas que incluem a redução da pobreza, desigualdade e elevação da qualidade de vida em termos de educação, saúde, segurança e direitos civis. Seu objetivo é ser mais sustentável e inclusivo.

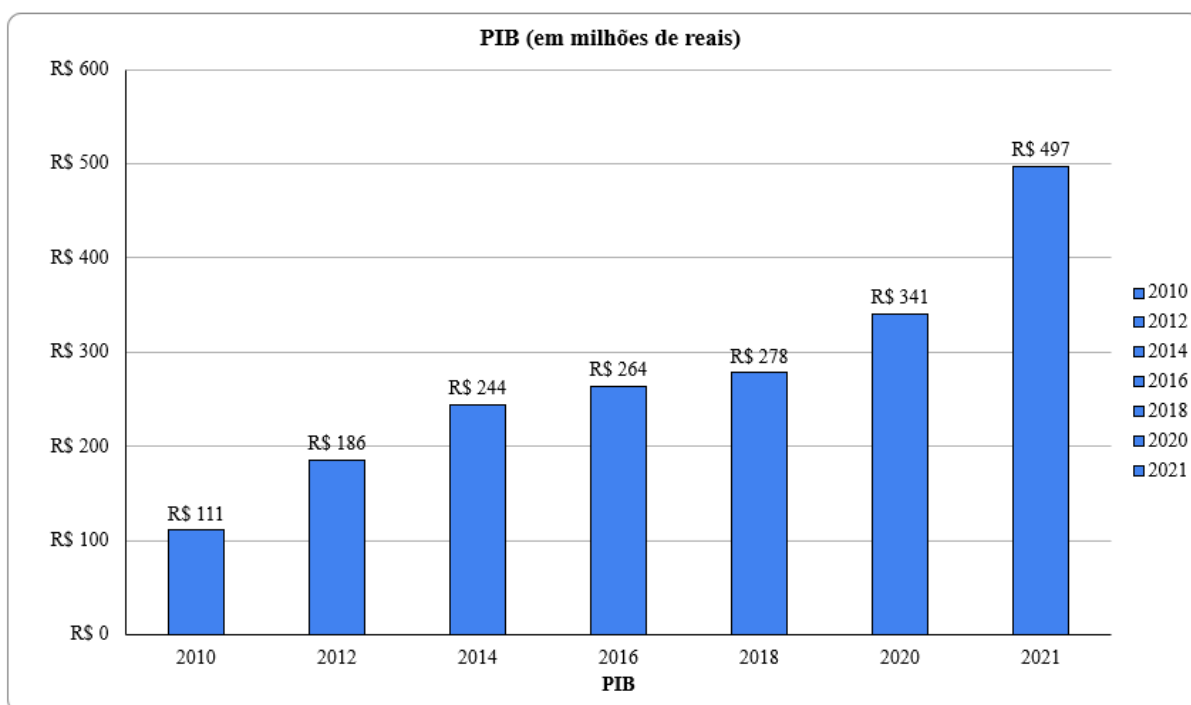
Também analisando os impactos em curto e longo prazo é clara a diferença entre o crescimento, já que seu impacto pode ser mais imediato, com benefícios no curto prazo, como o aumento da produção e da geração de emprego, e no desenvolvimento onde tem um impacto de longo prazo, com foco em criar uma economia equilibrada e inclusiva, onde o crescimento seja acompanhado por melhorias sociais, políticas e ambientais.

Em suma, o crescimento por si só pode não ser sustentável se gerar desigualdades sociais ou degradação ambiental. Afinal um país pode apresentar crescimento sem desenvolver-se. E desenvolvimento promove sustentabilidade, garantindo que as gerações futuras também tenham acesso a melhores condições de vida.

3.2.2 INDICADORES ECONÔMICOS DE CRESCIMENTO MUNICIPAL

Este tópico apresenta os indicadores de crescimento de Divinolândia-SP, permitindo uma análise quantitativa e visual a partir de gráficos do cenário socioeconômico do município. Essa mensuração é essencial para orientar a administração pública na formulação de políticas eficazes, visando aprimorar os diversos setores locais.

Gráfico 1: PIB Divinolândia-SP



Fonte: IBGE <cidades.ibge.gov.br>

Analisando os dados no gráfico 1 o PIB de Divinolândia, percebemos que de 2010 a 2012 houve um crescimento acelerado, o PIB cresceu de R\$110.879.428 em 2010 para R\$185.643.458 em 2012, um aumento de aproximadamente 67,4%. Esse período foi marcado por uma recuperação da crise econômica global de 2008, com pacotes de estímulo ao consumo e à produção, além de políticas fiscais expansivas adotadas por muitos países, incluindo o Brasil. (IBGE, 2023)

Entretanto, de 2012 a 2014 tivemos um crescimento moderado, o PIB aumentou para R\$243.969.670, o que representa um crescimento de 31,4%, embora o crescimento tenha continuado, houve uma desaceleração em relação ao período anterior. Esse foi um período de transição para a economia brasileira, marcado por queda de produtividade e aumento das dificuldades fiscais.

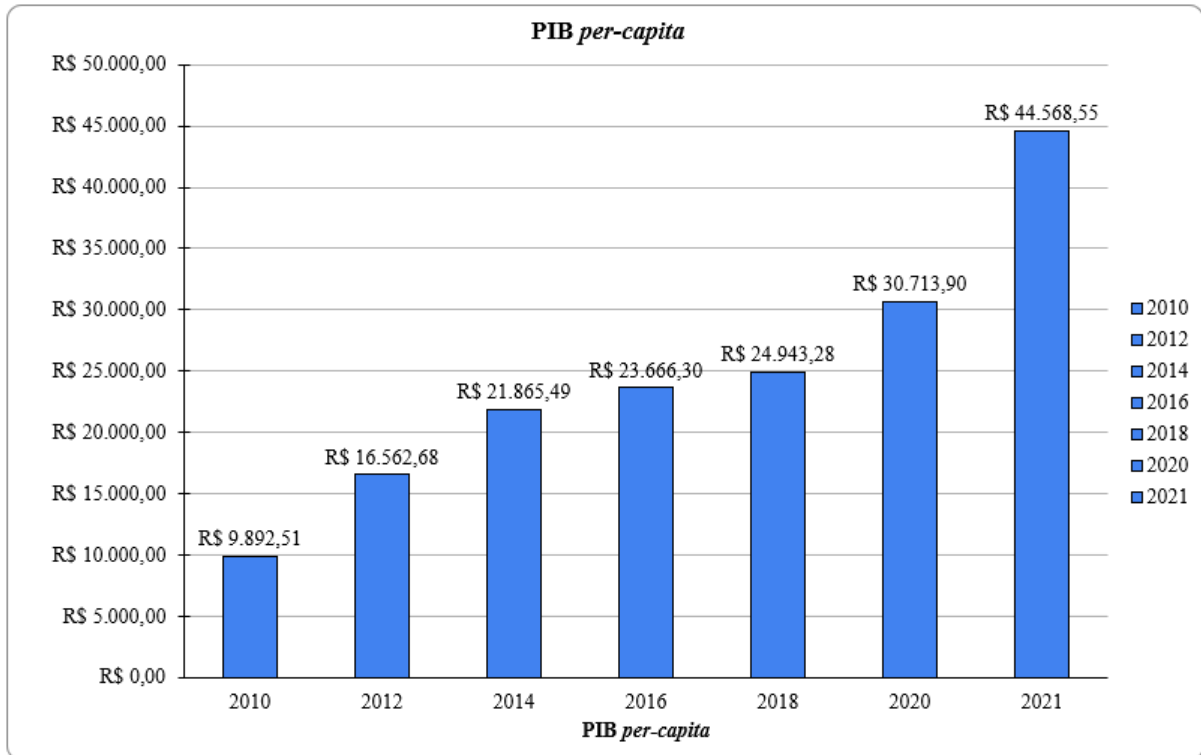
Já nos anos de 2018 as coisas voltaram a crescer novamente. O PIB de 2020 chegou a R\$341.467.134, representando um aumento de 22,7% em relação a 2018.

O ano de 2020 foi um ponto de inflexão importante. Antes da pandemia, a economia estava mostrando sinais de melhora, mas a chegada da COVID-19 causou um impacto significativo, que foi mitigado parcialmente por medidas emergenciais, como o auxílio emergencial e políticas de crédito.

Mas de 2020 para 2021 teve uma alta bem expressiva, esse aumento excepcional pode

ser explicado por fatores como a recuperação pós-pandemia, onde o setor produtivo retomou suas atividades, e o efeito inflacionário, que elevou o valor nominal do PIB.

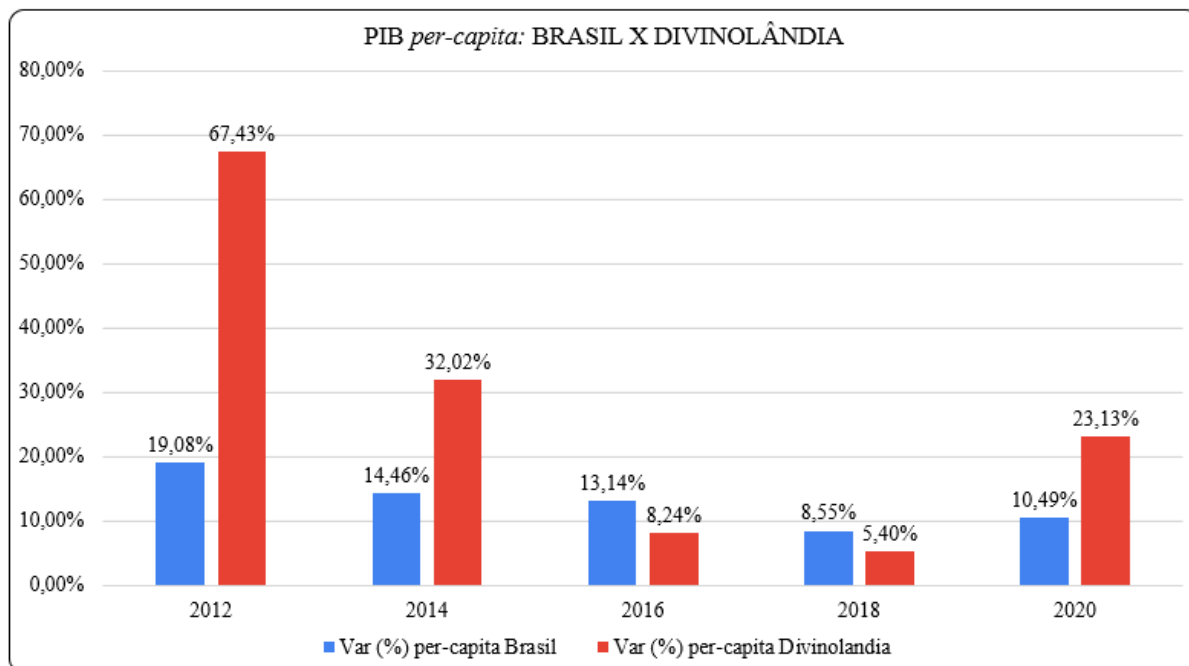
Grafico 2: PIB *per-capita*



Fonte: Ibge <<https://cidades.ibge.gov.br>>

O PIB *per-capita* de Divinolândia-SP é considerado alto em comparação às demais cidades brasileiras e principalmente a região em que ela está localizada, nos anos analisados pode se ver que houve um crescimento acentuado no decorrer dos anos e a renda per capita triplicou em dez anos isso se dá muito por conta do hospital conderg que é o que mais emprega pessoas com empregos formais no município e também com o crescimento e desenvolvimento agrícola da região e ainda se dá por conta do aumento de empresas locais como ico cereais e grupo família trevisan que contribuíram para o desenvolvimento da economia local e na geração de empregos, também com políticas públicas voltadas para a educação e o desenvolvimento social.

Grafico 3: Var (%) PIB *per-capita*



Fonte: Ibge <<https://cidades.ibge.gov.br/>>

Ao comparar a evolução do PIB *per capita* do Brasil e de Divinolândia-SP, observa-se que as variações na cidade do interior de São Paulo garantiram melhorias significativas em comparação com a mesma evolução no Brasil. Por exemplo, em 2012 segundo dados do (IBGE,2012), o crescimento de Divinolândia-SP foi três vezes maior que o do país. Na maior parte do período, os números de Divinolândia-SP foram melhores, mas em anos como 2016 e 2018, o Brasil apresentou uma evolução superior. A cidade possui valores per capita elevados devido à forte agricultura local e às cooperativas, como a Ico Cereais.

3.2.3 INDICADORES ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

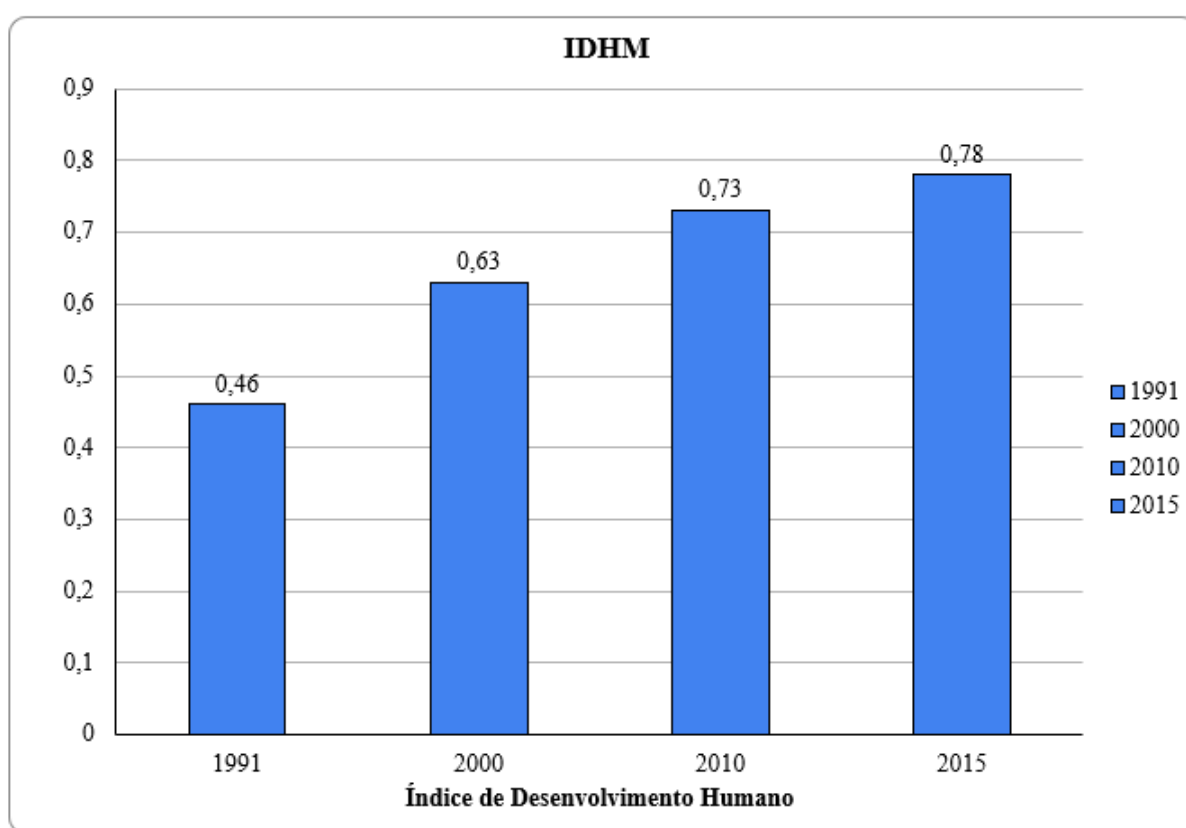
Ao comparar o crescimento (PIB *per capita*) e o desenvolvimento (IDHM), observa-se que ambos apresentaram progressos, mas o PIB *per capita* teve um crescimento mais rápido nos últimos anos, enquanto o IDHM, mostra um avanço constante até 2015. Para que o desenvolvimento humano acompanhe o crescimento econômico, áreas como educação, saúde e infraestrutura básica podem precisar de mais investimentos. Essas áreas são essenciais para um desenvolvimento sustentável, e melhorias nessas dimensões podem ajudar a transformar o crescimento econômico em avanços reais na qualidade de vida da população de Divinolândia.

Portanto o aumento econômico é positivo, porém, para um desenvolvimento integral, é essencial que ele venha junto com investimentos em áreas como saúde, educação e qualidade de vida. Isso contribuiria para alinhar o progresso econômico com a elevação do

bem-estar social, assegurando que toda a população desfrute dos benefícios desse crescimento.

Este tópico explora os indicadores de desenvolvimento econômico de Divinolândia-SP, a partir de análises gráficas que consideram não apenas o crescimento da produção, mas também a melhoria nas condições de vida da população. A mensuração de dados relacionados a áreas como educação, saúde, infraestrutura fornece uma visão mais qualitativa do progresso do município, auxiliando a administração pública na criação de políticas que promovam um verdadeiro desenvolvimento.

Gráfico 3: Índice de Desenvolvimento Humano (Divinolândia)



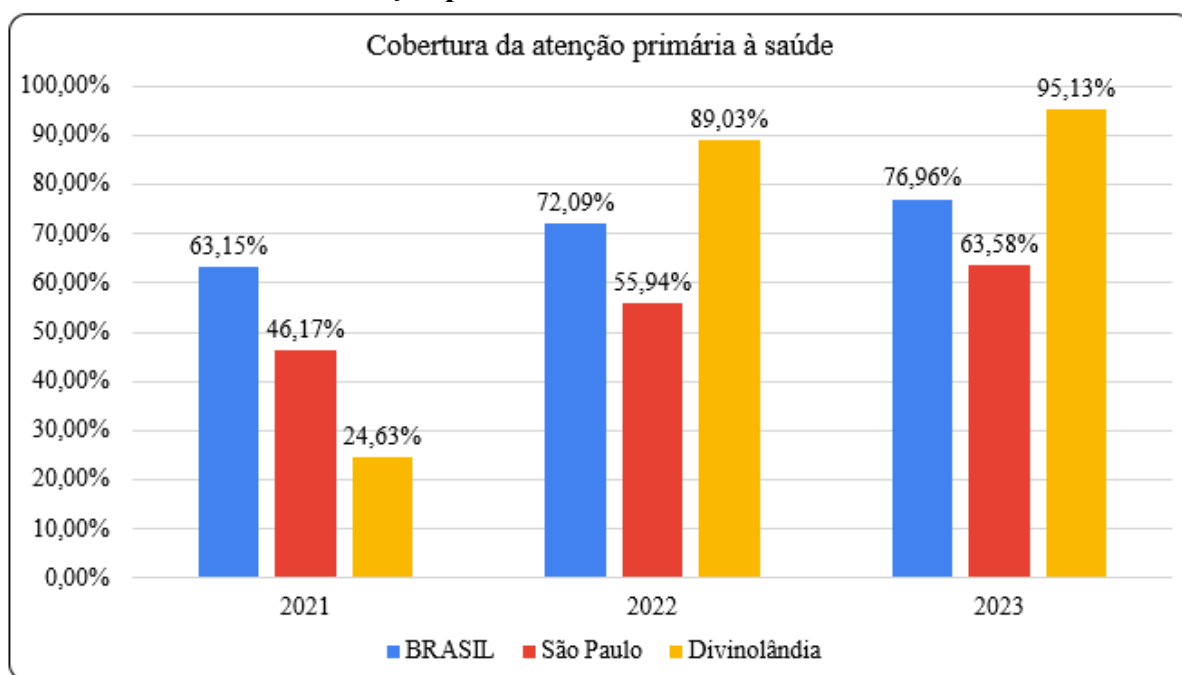
Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>

A evolução do IDHM entre 1991 e 2015 segundo dados do (IBGE) mostra um progresso contínuo no desenvolvimento humano na cidade de Divinolândia, passando de um cenário de baixo desenvolvimento para um estágio de alto desenvolvimento. As políticas públicas voltadas para educação, saúde e renda, aliadas à estabilidade econômica, foram fundamentais para essa transformação.

Contudo, os desafios econômicos e políticos que emergiram após 2015 podem comprometer o ritmo de progresso, exigindo esforços renovados para manter e ampliar os ganhos obtidos até então.

Essa trajetória evidencia que, embora Divinolândia tenha avançado significativamente nas últimas décadas, a continuidade desse progresso depende de políticas sólidas e de uma economia estável que sustente o desenvolvimento social conquistado.

Gráfico 4: Cobertura da atenção primária à saúde



Fonte: Ministério da Saúde - e-Gestor (2021 - 2023)

Ao analisar os dados a cobertura da atenção primária de saúde da cidade de Divinolândia-SP e uma cobertura alta apesar de um péssimo resultado em 2021 com apenas 24,63%, a cidade se recupera rapidamente em dois anos e chegando a uma cobertura de 95,13% superando quanto os índices do Estado de São Paulo e do país, isso se dá muito por conta do baixo número de habitantes, hospital Conderg, e um alto nível de renda.

3.3 ECONOMIA E GESTÃO PÚBLICA

Licitação é o processo administrativo pelo qual o poder público seleciona a melhor proposta, dentro de critérios objetivos previamente estabelecidos, para contratar bens, serviços, obras ou alienações. O objetivo principal da licitação é garantir a isonomia entre os concorrentes, a obtenção de propostas mais vantajosas para a administração pública e a transparência no uso dos recursos públicos. Segundo MEIRELLES (1971), a administração pública, por suas entidades estatais, realizam obras e serviços públicos, fazem compras e alienam bens, e para realizar essas atividades elas dependem de contratos, necessitando um processo seletivo prévio chamado licitação. A título de exceções à regra, existem particularidades dentro da nova lei de licitações onde ocorre o evento de inexigibilidade da modalidade, segundo um resumo publicado por SILVA (2021), é possível afirmar com base no art. 74 da NLLC nº 14.133/2021 que a inexigibilidade ocorre quando trata-se de aquisição de materiais, equipamentos ou serviços por fornecedores exclusivos; a contratação de profissionais do ramo artístico desde que consagrados pela crítica especializada e/ou pela opinião pública; contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a título de exemplificação, os serviços enquadrados podem ser estudos técnicos, pareceres, assessorias e restauração de obras de arte.

Já os contratos administrativos são ajustes firmados entre a administração pública e particulares para a realização de obras, serviços, ou fornecimento de bens, sempre resultantes de um processo licitatório prévio (com exceção dos casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação). Esses contratos têm características específicas, como a presença de cláusulas exorbitantes que conferem à administração pública maior poder na gestão e execução do contrato, tais como a possibilidade de alteração unilateral do contrato, rescisão unilateral, aplicação de sanções, e a fiscalização contínua.

3.3.1 CONCEITO DE LICITAÇÃO

Como discorrido anteriormente, a licitação se define por procedimento administrativo legal onde a administração pública notifica por meio de edital ou convite empresas com interesses nas propostas para fornecimento de bens ou serviços. A licitação tem como objetivo garantir a melhor proposta para a administração pública, sem dissimetria no tratamento dos licitantes, pela qual possa garantir um desenvolvimento sustentável e aumento da qualidade dos objetos contratados tudo isso com transparência nos processos

administrativos, permitindo o controle social e a fiscalização por parte dos cidadãos e órgãos de controle, como tribunais de contas e ministérios públicos.

A legislação atual que rege as licitações é a Lei nº 14.133/2021 conhecida como Nova Lei de Licitações, ele unificou o antigo regime das licitações e contratos administrativos, substituindo a Lei nº 8.666/93, a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462/11). Essa atualização na legislação antiga foi idealizada buscando modernizar e simplificar o antigo regime, garantir transparência e combate a corrupção, eficiência e a unificação que assegura maior coerência.

De acordo com artigo 1º da Nova lei de Licitações (BRASIL, 2021), A obrigatoriedade de licitar abrange os órgãos integrantes da Administração Pública direta, as autarquias, as fundações públicas, os fundos especiais e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Dentre as condições que definem o conceito de licitação, ele acompanha alguns princípios básicos, sendo definidos como diretrizes que regem e garantem a transparência, igualdade, legalidade e eficiência nas contratações aos quais explicam o motivo da existência dessa modalidade. Segundo artigo publicado no portal do SEBRAE, os princípios são divididos em dez, tendo seus principais trazendo conceitos como a economicidade e eficiência, ao qual garante que a proposta mais vantajosa ganhará um possível pregão; em segundo, o princípio da igualdade ao qual assegura uma competição justa e com ênfase na igualdade de direitos; o princípio da impessoalidade traz consigo a sugestão de critérios e objetivos pré-estabelecidos ao qual trará a imparcialidade aos licitantes; a publicação garante que todos os atos da administração sejam públicos, para que assim, todos que se adequem as necessidades pré-estabelecidas possam participar.

Em suma, a definição acompanhada dos princípios garantem uma licitação justa e equitativa, trazendo benefícios para as partes envolvidas, nas quais o comprador obterá seus produtos e serviços por um preço acessível e mitigando os gastos públicos e os ofertantes poderão adequar-se à disputa proposta de maneira justa.

3.3.2 MODALIDADES DE LICITAÇÃO

De acordo com a Lei nº8666/93 (lei precedente), eram seis as modalidades previstas:

- concorrência;
- convite;
- tomada de preço;
- concurso;

- pregão;
- leilão.

Por sua vez, na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e lei vigente atual, as modalidades da tomada de preços e o convite deixam de existir, ao mesmo tempo em que prevê de forma inédita no direito brasileiro uma nova modalidade licitatória: o diálogo competitivo. Além disso, a modalidade pregão, prevista na Lei nº 10.520/2002, passa a ser disciplinado pela nova legislação junto das demais modalidades:

- pregão;
- concorrência;
- concurso;
- leilão;
- diálogo competitivo.

Agora descrevendo cada modalidade das licitações previstas na nova lei, estão:

1. **Pregão:** utilizado para compra de bens e serviços comuns, por meio presencial ou eletrônico, onde se tenha a fase de lances após a de propostas. Tendo como critério de Julgamento o menor preço ou maior desconto.
2. **Concorrência:** aplicável em contratações de maior importância, comumente utilizado em obras ou serviços de engenharia. Envolve várias fases, abrangendo habilitação, propostas e julgamento. Podendo ter como critério de julgamento menor preço, melhor técnica, ou técnica e preço.
3. **Concurso:** Destinado à seleção de trabalhos técnicos, científicos ou artísticos, procedendo por meio de edital que define as regras de participação. Tendo como critério de julgamento melhor técnica ou conteúdo artístico.
4. **Leilão:** Utilizado para a venda de bens móveis inservíveis (desativados, danificados ou obsoletos), imóveis e outros bens. Conduzido por leiloeiro oficial ou servidor designado. Possuindo como critério de julgamento o maior lance ofertado.
5. **Diálogo Competitivo:** Aplicado em contratações complexas onde a administração pública não consegue definir a solução técnica mais adequada. Envolve uma fase de diálogo com os licitantes para desenvolver soluções, seguida de uma fase competitiva. O critério de julgamento é por meio da melhor proposta após o diálogo.

Seguindo a ótica que as definições propõem para a definição, a diminuição de modalidades com a novidade do diálogo competitivo traz uma margem de eficiência e

simplificação maior, de maneira em que os licitantes conseguirão apresentar uma proposta que se adeque melhor a necessidade e problematização exposta no edital, assim, podendo fazer com que os gastos públicos sejam mais eficientes ao lançar um edital de aquisição de serviços, consequentemente, atribuindo as especificidade dos outros conceitos intactos, para que assim a compreensão da nova lei e suas propostas possa ser feita de maneira mais assertiva.

3.3.3 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello(2023), contratos administrativos são como um pacto firmado entre a administração pública e terceiros, que por meio de leis, cláusulas contratuais ou tipo de objeto, a manutenção do vínculo e as condições previamente estabelecidas estão sujeitas a modificações conforme as exigências do interesse público, resguardados os interesses patrimoniais do contratado privado.

É de notória importância a concretização desses contratos tendo em vista que eles provem:

1. **Legalidade e Transparência:** por meio de rigorosos procedimentos legais, assegurando que as contratações sejam feitas de forma transparente e justa, evitando fraudes e corrupção.
2. **Eficiência na Gestão Pública:** Permite que a administração pública contrate serviços e adquira bens de maneira eficiente, atendendo às necessidades da população de forma ágil e eficaz.
3. **Segurança Jurídica:** Estabelece direitos e deveres claros para ambas as partes, proporcionando um ambiente seguro tanto para a administração quanto para os contratados. Isso reduz a possibilidade de discordância e garante o cumprimento das obrigações contratuais.
4. **Controle e Fiscalização:** Os contratos administrativos são sujeitos a mecanismos de controle e fiscalização, tanto internos quanto externos, como tribunais de contas e órgãos de controle interno. Assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de maneira adequada.
5. **Flexibilidade e Adaptação:** Permitem ajustes contratuais para adaptar a novas necessidades ou imprevistos, garantindo que o interesse público seja sempre atendido.

Após os termos e características discorridos, o contrato abordado no município de Divinolândia-SP fora publicado sob número 29/2024, tendo como objetivo a aquisição de uma van, a qual teve por objetivo ser destinada ao departamento de educação. As partes da

negociação estão registradas como a prefeitura municipal de Divinolândia, representada no ato pelo prefeito municipal, Antônio Pádua Aquisti, já a parte denominada contratada sendo a empresa Sigma Máquinas e Representações LTDA. A aquisição do objeto tem o valor de R\$ 74.990,00. O registro do contrato firmou-se de acordo com a nova lei de licitações, lei nº 14.133/2021, a vigência da contratação será a partir da data de assinatura por até 12 meses, tendo por modalidade o pregão eletrônico.

3.4 TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A formação de custos e precificação se faz imprescindível para garantir a competitividade nos negócios. Sem a compreensão clara dos custos envolvidos na produção de um bem ou serviço não é possível definir corretamente preços que cubram os custos e gerem lucros.

“Mesmo que o mercado define o preço do produto, da mercadoria ou do serviço, ter o conhecimento da estrutura de custos é muito importante, pois só será possível melhorar a margem de lucro se houver redução nos custos.” (Yanase, 2018, p.5)

Esses processos são essenciais para a tomada de decisões estratégicas, pois com uma clara visão dos custos é possível definir preços mais competitivos, o que permite encontrar com mais facilidade oportunidades de redução de custo, otimizando o uso de seus recursos visando a maximização do lucro.

3.4.1 CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS

Os custos podem ser divididos em fixos ou variáveis, sendo essa uma das formas mais comuns de categorização dentro de uma empresa ou projeto. Essa distinção é crucial para a análise financeira, a determinação de preços de produtos e a tomada de decisões estratégicas.

Figura 1 - Classificações de custos



Fonte: <https://encurtador.com.br/FoVdb>

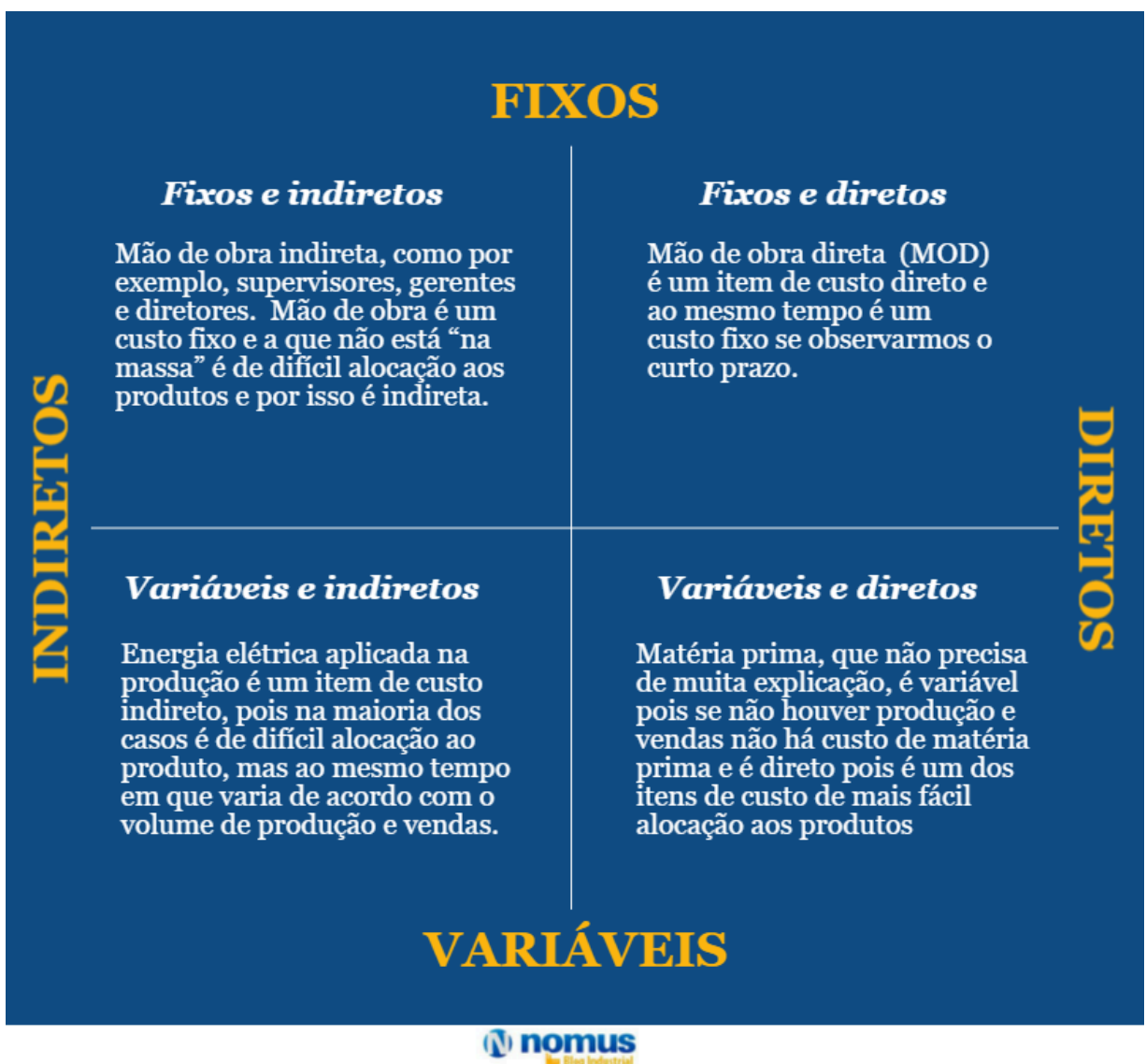
Embasado na figura 1, nota-se que os custos fixos são aqueles que permanecem inalterados, independentemente do nível de produção ou vendas por parte da indústria, em suma, não sofrem variação com a quantidade de bens ou serviços que a empresa produz. A título de exemplificação, os custos fixos incluem o aluguel de um imóvel, como uma fábrica ou escritório, que geralmente possui um valor constante, os salários de funcionários administrativos, que não estão diretamente envolvidos na produção, e a depreciação de máquinas ou instalações, que é contabilizada regularmente, sem depender do uso.

No segundo momento, os custos variáveis são aqueles que se alteram diretamente com o volume de produção. Ou seja, quanto maior a produção, mais altos são os custos variáveis; quanto menor a produção, mais baixos são esses custos, podendo ser concluído de maneira que ela depende diretamente do volume produzido. Exemplos incluem o custo das matérias-primas, que aumenta à medida que a produção se expande, o consumo de energia

elétrica na produção, que pode variar conforme as máquinas trabalham mais ou menos, e as comissões de vendas, que sobem à medida que o volume de vendas cresce.

Os custos diretos e indiretos, definem-se de maneira inicial com os custos em que são aqueles que podem ser especificamente e diretamente atribuídos a um projeto, produto ou atividade. Esses custos são diretamente rastreáveis e mensuráveis em relação ao objetivo para o qual foram incorridos.

Figura 2: Exemplos práticos dos custos.



Fonte: <https://encurtador.com.br/FoVdb>

Por fim, apresentado na figura 2 estão alguns exemplos práticos dos custos diretos/indiretos, fixos e variáveis.

3.4.2 FORMAÇÃO DE PREÇO / MARKUP

De acordo com o artigo publicado no portal do Sebrae (2021) a formação de preços consiste em definir, de maneira estratégica, o valor que será aplicado a um produto ou serviço, dentro do conceito esse processo envolve a análise de diversos fatores, como custos, concorrência, demanda e valor percebido pelo cliente.

Segundo Hoji (2010), a definição do preço de venda é crucial para qualquer empresa. Um preço excessivamente alto pode desencorajar as vendas, enquanto um preço muito baixo pode não proporcionar o retorno esperado. Resultados econômicos e financeiros satisfatórios dependem de uma estratégia de preços eficaz. No mercado globalizado, em muitos setores, os preços são ditados pelo mercado, exigindo que as empresas se ajustem para acompanhar os preços dos concorrentes.

Utilizando desses pontos para a compreensão da suma importância da formação de preços no negócio, foram realizadas pesquisas mercadológicas do custo de uma motosserra, produto disponível na Licitação 41/2024 do município de Divinolândia-SP disposto no portal transparência. Como resultado, foram obtidas três cotações alcançando o custo mais atraente de R\$3.421,00, em cima deste valor foram criadas tabelas de análise de custos exibindo os seguintes dados.

Figura 3: Tabela de custo e preço.

Produto	Motosserra	
Custo total	R\$	3.421,00
Preço de venda	R\$	3.850,00
Margem de contribuição	R\$	429,00

Fonte: autores.

Analisando os elementos da figura 3, a margem de contribuição foi de R\$ 429,00 o que representa uma margem baixa porém com o preço de venda razoável dentro do mercado, onde foi identificado o mesmo produto sendo comercializado por mais de R\$ 4000,00 e este valor permitiria o ingresso na disputa pela licitação, considerando que a empresa vencedora do processo licitatório 41/2024 auferiu com o valor de R\$ 3899,00. Como pode notar-se na figura 4 abaixo.

Figura 4: Valor contemplado.

Vencedores do Processo					
Item	Material	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor da Proposta
1	MOTOSSERA MS382	1,0000	UN	R\$ 3.899,00	R\$ 3.899,00
				R\$ 3.899,00	R\$ 3.899,00

Fonte: <https://divinolandia.gov.br.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&visao=2&anoproc=2024&nrproc=41&cdTipoLicitacao=1&licitacaoCompartilhada=0&numpaghist=1>

Assim poderemos iniciar uma análise mais detalhada dos indicadores em percentuais, são eles os seguinte: a) a margem de contribuição, já citada anteriormente e sendo conceituada como diferença entre o preço de venda de um produto e o seu custo de produção ou aquisição (no âmbito desse projeto é considera apenas o custo de aquisição considerando a falta de informações para obtenção do custo de produção), expressa como uma porcentagem do preço de venda. Indicando quanto do preço de venda é lucro bruto. b) o markup, é um índice associado ao custo, diferente da margem que se associa ao preço de venda. É utilizado para determinar o preço de venda de um produto com base no seu custo, representando o percentual que deve ser adicionado ao custo para se obter o preço de venda desejado.

Figura 5: Margem e Markup.

Margem Bruta	R\$	429,00
Margem de contribuição (%)		11,1%
Markup		12,5%
Índice de Markup		1,125

Fonte: autores.

Examinando os resultados podemos verificar que a margem de contribuição de 11% representa que a cada R\$100,00 de venda do produto R\$11,00 estão disponíveis para cobrir os custos, despesas e gerar o lucro líquido. Já o markup a 12,5% mostra que, do custo foi adicionado 12,5% do valor para integrar o preço de venda, ou seja, em uma situação hipotética onde o custo do produto fosse R\$100,00 com o markup a 12,5% ele seria comercializado a R\$ 112,50. Por fim, o índice do markup apenas expressa em fator multiplicador, isto é, o preço de venda do produto é de 1,125 vezes o custo.

Figura 6: Margem discriminada.

Margem de contribuição		11%
Imposto		4%
Despesa		2%
Lucro		5%

Fonte: autores.

Analisando isoladamente a margem de contribuição e a figura 6, é evidente que as vendas estão operando com uma margem reduzida de apenas 5% de lucro, o que pode acarretar complicações no médio e longo prazo, como: a) Vulnerabilidade à flutuações de custos, tanto no custo de produção como nos impostos e taxas. b) Capacidade de investimento ilimitada, com pouca margem de lucro é difícil poupar para poder reinvestir a fim de aumentar a produção. c) Competitividade, é difícil se manter no mercado contra outras empresas que conseguem operar em margens mais folgadas. d) Mitigação de riscos, com capital livre reduzido é complexo adotar medidas para mitigar riscos como, redução de custos, aumento de preços, diversificação ou eficiência operacional.

Por conseguinte, isso expõe ainda mais a fragilidade de não ter consciência dos custos fixos e variáveis de um produto, já que sem eles discriminados é impossível definir as áreas onde os custos podem ser reduzidos sem comprometer a saúde do negócio e qualidade do produto, se faz essencial para tomar decisões estratégicas que aumentem a margem de lucro e garantam a sustentabilidade do negócio, permitindo também uma gestão financeira mais eficiente e a capacidade de se adaptar rapidamente às mudanças do mercado.

3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: CRIANDO O NOVO

A formação para a vida é um conceito abrangente que transcende a educação tradicional e o aprendizado técnico. Seu objetivo é capacitar os indivíduos a enfrentarem os desafios do dia a dia, construir relacionamentos saudáveis e tomar decisões que promovam tanto o bem-estar pessoal quanto o coletivo.

Esse conceito foca no desenvolvimento da autonomia e na expressão da identidade de forma interna, partindo do princípio de que a identidade se manifesta nas interações com o mundo e com as pessoas ao redor. A formação para a vida também busca aprimorar competências essenciais, como autocontrole, empatia, trabalho em equipe e a habilidade de assumir um papel subordinado quando necessário.

Ela visa preparar as pessoas para viver de forma plena e significativa, desenvolvendo habilidades emocionais, sociais e comportamentais que contribuem para uma vida equilibrada e harmoniosa

3.5.1 CRIANDO O NOVO

Implementar a formação para a vida pode enriquecer o cotidiano e ter um impacto positivo tanto na vida pessoal quanto na profissional. Aqui estão algumas maneiras de como isso pode ser realizado diariamente:

1. Design Thinking

Inovação e Criatividade: No trabalho, o Design Thinking promove inovação e criatividade, ajudando a desenvolver soluções que atendem às necessidades dos clientes.

Aprendizagem Ativa: Incentiva uma aprendizagem colaborativa e ativa, desafiando os alunos a resolver problemas reais de forma criativa.

2. Reflexões Filosóficas

Autoconhecimento: Sócrates nos lembra da importância de conhecer a si mesmo para entender nossas motivações e objetivos.

Crescimento Pessoal: Kierkegaard sugere que refletir sobre o passado nos ajuda a crescer e planejar o futuro.

3. Metáfora “Criando Asas”

Desenvolvimento de Habilidades: Simboliza a capacidade de enfrentar desafios com confiança e independência.

Trabalho em Equipe: A habilidade de trabalhar bem com os outros é valiosa em qualquer contexto.

Aprendizagem Contínua: Continuar aprendendo ao longo da vida é essencial para se adaptar e prosperar.

4. Modelo do Duplo Diamante

Descobrir: Explorar novas ideias e aprender sobre diferentes áreas.

Definir: Analisar e sintetizar informações para definir metas claras e entender desafios e oportunidades.

Essas abordagens podem transformar tanto os estudos quanto a vida profissional, contribuindo para uma formação integral e enriquecedora.

3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Arte e cultura e cada dia mais importante na vida das pessoas quanto na vida pessoal e profissional, e abaixo pode se ver um banner do diagrama do duplo diamante:

DIAGRAMA DO DUPLO DIAMANTE

1º DIAMANTE: DESCOBERTA E DEFINIÇÃO

- **Descoberta:** Pesquisa sobre o problema, envolvendo observações e entrevistas com usuários para entender suas necessidades e desafios.
- **Definição:** Análise das informações coletadas para refinar e definir claramente o problema a ser resolvido, estabelecendo o foco para a solução.

2º DIAMANTE: DESENVOLVIMENTO E ENTREGA

- **Desenvolvimento:** Geração de várias ideias e alternativas para resolver o problema, com base nas descobertas feitas anteriormente.
- **Entrega:** Refinamento das melhores soluções através de protótipos e testes com usuários, ajustando até chegar à solução final e implementável.



O diagrama do duplo diamante é composto por dois diamantes adjacentes. O primeiro diamante, à esquerda, representa o primeiro estágio: 'DESCOBERTA' no lado esquerdo e 'DEFINIÇÃO' no lado direito. Uma seta apontando para cima e para a direita, rotulada 'DIVERGIR', indica o processo de descoberta. Uma seta apontando para baixo e para a direita, rotulada 'CONVERGIR', indica o processo de definição. O segundo diamante, à direita, representa o segundo estágio: 'DESENVOLVIMENTO' no lado esquerdo e 'ENTREGA' no lado direito. Uma seta apontando para cima e para a direita, rotulada 'DIVERGIR', indica o processo de desenvolvimento. Uma seta apontando para baixo e para a direita, rotulada 'CONVERGIR', indica o processo de entrega. Abaixo de cada diamante, há o rótulo '1º DIAMANTE' e '2º DIAMANTE' respectivamente.

1º DIAMANTE **2º DIAMANTE**

Onde o Diagrama do Diamante Duplo pode ser usado na prática:

- Desenvolvimento de Produtos e Serviços
- Marketing e Branding
- Melhoria de Processos Organizacionais
- Educação e Treinamento
- Saúde e Cuidados com o Cliente



unifeob.

4 CONCLUSÃO

De forma conclusiva ao projeto, observa-se que o desenvolvimento proposto proporcionará uma base de informações mais aprofundada e acessível para a população local. Essa melhoria nos indicadores de desenvolvimento econômico é crucial para promover o bem-estar social através de políticas públicas, com enfoque para a geração de empregos e a valorização da economia agrícola, que se apresenta como um dos pilares fundamentais da economia municipal, identificado durante a análise do grupo.

Além disso, o fortalecimento da economia local pode estimular a diversificação produtiva, atraindo novos investimentos e incentivando a qualificação da mão de obra. Essa abordagem integrada contribui para a redução das desigualdades, o aumento da renda e a melhoria na qualidade de vida da população. Portanto, o projeto não apenas reforça a importância de se compreender os indicadores econômicos em um nível local, mas também demonstra como a aplicação estratégica dessas informações pode impulsionar o crescimento sustentável e o desenvolvimento humano no município.

REFERÊNCIAS

A importância da educação financeira. SEBRAE, 2023. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/artigo/educacao-financeira>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

A importância de gestão de custos na formação do preço de venda. TCC, 2022. Disponível em: <<https://www.pucminas.br/iceg/CienciasContabeis/Documents/TCC%20DESTAQUE%20LUIZ%20AGUIDA%20DA%20SILVA%20PEREIRA.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2024.

Aspectos institucionais da formação de preços. SCIELO, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/neco/a/59Y7mbcthrKBXgKnScwpY4N/>>. Acesso em: 22 set. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.** Revista Lua Nova, Brasil, 2014.

CARAVELA Informação e Cultura. Divinolândia – SP. Disponível em: <<https://www.caravela.info/regional/divinolandia---sp>>. Acesso em: 30 out. 2024.

Contratos Administrativos: o que são e quais são suas características?.IDP.Disponível em:<<https://direito.idp.edu.br/idp-learning/direito-administrativo/contratos-administrativos/>>. Acesso em: 02 out. 2024.

Contratos Administrativos: o que são e quais são suas características? IDP BLOG. Disponível em: <<https://direito.idp.edu.br/idp-learning/direito-administrativo/contratos-administrativos/>>. Acesso em: 22 set. 2024.

Crescimento e desenvolvimento aplicados à educação física e ao esporte. SCIELO. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/EF/a/59Y7mbcthrKBXgKnScwpY4N/>>. Acesso em: 02 out. 2024.

Custos diretos, indiretos, fixos e variáveis. COBLI, 2024. Disponível em: <<https://www.cobli.co/blog/custos-diretos-e-indiretos/>>. Acesso em: 14 set. 2024.

Custos e formação de preços. BOOKS GOOGLE, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Qw1NDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=formação+de+custos&ots=jTHjdemsGI&sig=_DrD5X_wi3wI7Z1kSAqjen12jcc#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 17 set. 2024.

Entenda como funciona a formação de preços na prática. SEBRAE, 2023. Disponível em: <<https://divinolandia.govbr.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2>>. Acesso em: 19 set. 2024.

FURTADO, Celso. **Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico**. Revista Brasileira de Economia, p. 11, 1952.

Fundação SEADE. Disponível em: < <https://www.seade.gov.br> >. Acesso em: 19 set. 2024.

Gestão dos Custos. ENEGEP, 2012. Disponível em: <https://abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STO_159_927_19985.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

Hipóteses de Inexigibilidade de Licitação na Nova Lei de Licitações. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/hipoteses-de-inexigibilidade-de-licitacao-na-nova-lei-d-e-licitacoes/1285977268>>. Acesso em 08 nov. 2024.

História do Município. Disponível em: < <https://www.divinolandia.sp.gov.br/cidade> >. Acesso em: 16 set. 2024.

História. Disponível em: <<https://camaradivinolandia.sp.gov.br/paginas/portal/paginaInterna?id=1#:~:text=Em%20meados%20do%20ano%20de.as%20terras%20que%20o%20circundavam>>. Acesso em: 15 set. 2024.

Hipóteses de Inexigibilidade de Licitação na Nova Lei de Licitações. JUST BRASIL. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/hipoteses-de-ibge-nexigibilidade-de-licitacao-na-nova-lei-de-licitacoes/1285977268>>. Acesso em: 28 set. 2024.

HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. **Divinolândia**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/divinolandia/panorama>>. Acesso em: 02 nov. 2024.

Infosambas. **Divinolândia - SP | Cidades**. Disponível em: <<https://infosambas.org.br/municipio/divinolandia-sp/>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

JACQUINET, Marc. **PIB - Produto Interno Bruto: Breve Introdução**. Lisboa: Universidade Aberta, 2019.

Licitação conceito e finalidade. JUSBRASIL. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/licitacao-conceito-e-finalidade/437367557>>. Acesso em: 21 set. 2024.

Licitações. GOVBR, 2023. Disponível em: <<https://divinolandia.govbr.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2>>. Acesso em: 14 set. 2024.

Margem e Markup: Diferenças e Como calcular. MARKETING PARA INDUSTRIAS, 2020. Disponível em:

<<https://www.marketingparaindustria.com.br/margem-e-markup-diferencas-e-como-calculiar/>>. Acesso em: 19 set. 2024.

MEIRELLES, Hely Lopes. Licitações e contratos administrativos. **Revista de Direito Administrativo**, v. 105, p. 14-34, 1971. Disponível em: <<https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/35800/34595>>. Acesso em 08 nov. 2024.

MORAES, Isaías Albertin de. **Revisitando o conceito de Desenvolvimento Econômico e a Escola de Pensamento do Desenvolvimentismo na Economia**. SciELO Brasil, 2023.

O conceito de licitação. JUST BRASIL. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-conceito-de-licitacao/2097501861>>. Acesso em: 12 set. 2024.

O que é índice Gini? IPEA. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/indicadores/gini>>. Acesso em: 10 out. 2024.

Quais são as modalidades de licitação? Entenda as suas principais características. JUST BRASIL. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/quais-sao-as-modalidades-de-licitacao-entenda-as-suas-principais-caracteristicas/1351804406>>. Acesso em: 24 set. 2024.

Quais são os princípios da licitação. SEBRAE. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Programas%20e%20Soluções/Kit%20Enfrentamento/04_Quais_sao_os_principios_das_licitacoes.pdf>. Acesso em: 29 set. 2024.

Quem deve licitar? TCU. Disponível em: <<https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/3-1-3-quem-deve-licitar/>>. Acesso em: 29 set. 2024.

SUBURBANO DIGITAL. **História de Divinolândia**, São Paulo – SP. Disponível em: <<https://suburbanodigital.blogspot.com/2015/12/historia-de-divinolandia-sao-paulo-sp.html>>. Acesso em: 30 out. 2024.

Tamanho e Localização. CARAVELA, 2024. Disponível em: <<https://www.caravela.info/regional/divinolandia---sp.>> Acesso em: 15 set. 2024.

Uma abordagem Diferente. LICITAÇÕES PÚBLICAS. Disponível em: <<https://www.licitacoespublicas.blog.br/lei-14133-2021-guia-explicativo/>>. Acesso em: 17 set. 2024.

Você sabe o que são custos fixos, variáveis, diretos e indiretos? NOMUS, 2024. Disponível em: <<https://www.nomus.com.br/blog-industrial/voce-sabe-o-que-sao-custos-fixos-variaveis-diretos-e-indiretos/>>. Acesso em: 17 set. 2024.

YANASE, J. Custos e formação de preços: Importante ferramenta para tomada de decisões. Brasil: Trevisan Editora, 2018.